



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

EDT-1ªPJESPAC - 12024

Código de validação: 019DF23240

AUDIÊNCIA PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

As Promotoras de Justiça, titulares da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal, 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal, 3ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal, 4ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal, 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Bacabal e 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Bacabal signatárias do presente edital, no uso de suas atribuições legais e institucionais, com fundamento no art. 27, parágrafo único, inc. IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e na Resolução nº 82/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público, para instruir o Procedimento Administrativo nº 003669-257/2023, torna público que será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA para: ouvir à população de Bacabal sobre as demandas coletivas locais consideradas urgentes, servindo as informações de parâmetro para a atuação dos órgãos de execução do Ministério Público nesta Comarca.

DOS PARTICIPANTE

Art. 1.º A audiência pública será aberta a toda sociedade e será presidida pela Diretora das Promotorias de Justiça de Bacabal Michelle Adriane Saraiva Silva Dias, junto as Promotoras de Justiça Lícia Ramos Cavalcante Muniz, titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal, Klycia Luiza Castro de Menezes, titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal, Carla Tatiana de Jesus Ferreira Castro, respondendo pela 4ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal e titular da 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Bacabal e Laura Amélia Barbosa, titular da 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Bacabal.

DOS OBJETIVOS

Art. 2.º A audiência pública tem como escopo ouvir à população de Bacabal sobre as demandas coletivas locais consideradas urgentes, servindo as informações de parâmetro para a atuação dos órgãos de execução do Ministério Público nesta Comarca.

DA PARTICIPAÇÃO DAS AUTORIDADES E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 3.º Serão convidados a compor a mesa da audiência pública, presidida pelas Promotoras de Justiças, representantes da Prefeitura Municipal de Bacabal, Bom Lugar, Conceição do Lago Açu, Lago Verde, da Câmara de Vereadores de Bacabal, Bom Lugar, Conceição do Lago Açu, Lago Verde e da Delegacia de Polícia de Bacabal.

§ 1.º Poderão compor a mesa outros convidados presentes a critério da Presidência da Mesa.

§ 2.º Aberta a audiência pública, as Promotoras de Justiça farão breve exposição sobre o assunto com duração de até 10 (dez) minutos;

§ 3.º Os demais componentes da mesa terão, cada um, até 05 (cinco) minutos para manifestação.

Art. 4.º A participação da plenária observará os seguintes procedimentos



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

- I. É assegurado ao participante o direito de manifestação oral, após o pronunciamento dos componentes da mesa, conforme disposições deste Edital
- II. As manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro da intenção de manifestação, devendo ser informado o nome do participante e a quem representa, não excedendo a manifestação o tempo de 3 (três) minutos.
- III. O tempo para a participação plenária será definido em função do número de inscritos, dando-se prioridade aos primeiros inscritos, visando ser observada a previsão da hora do término da audiência, que será às 17h30min.
- Art. 5.º Decorrido o tempo de manifestação da plenária, nos moldes previstos no art. 4º, será garantida a palavra, por até 05 (cinco) minutos, aos componentes da mesa provocados.
- Art. 6.º A Promotora de Justiça, Presidente da Mesa, fará suas considerações finais acerca do debate e, ao final, os devidos encaminhamentos.
- Parágrafo único. A presidente da mesa poderá reduzir ou estender o tempo estipulado para cada um dos expositores e/ou plenária de acordo com as necessidades que surgirem.

DO HORÁRIO E LOCAL

Art. 7.º A audiência pública realizar-se-á no dia 22 de janeiro de 2024, às 14h, no salão do júri do Fórum de Bacabal.

AS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 4.º A minuta deste edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.mpma.mp.br.
- Art. 5.º A expedição dos convites para a audiência pública será de responsabilidade do Setor Administrativo da Promotoria de Justiça.
- Art. 6.º Os convites deverão seguir acompanhados de cópia do edital.
- Art. 7.º Situações não previstas neste edital serão resolvidas pela Presidente da Mesa.

Bacabal, data da assinatura eletrônica.

assinado eletronicamente em 10/01/2024 às 09:35 h ()*

LICIA RAMOS CAVALCANTE MUNIZ
PROMOTORA DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 10/01/2024 às 09:35 h ()*

MICHELLE ADRIANE SARAIVA SILVA DIAS
PROMOTORA DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 10/01/2024 às 09:43 h ()*

KLYCIA LUIZA CASTRO DE MENEZES
PROMOTORA DE JUSTIÇA



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

assinado eletronicamente em 10/01/2024 às 09:26 h ()*

CARLA TATIANA DE JESUS FERREIRA CASTRO
PROMOTORA DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 10/01/2024 às 09:24 h ()*

LAURA AMÉLIA BARBOSA
PROMOTORA DE JUSTIÇA

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **10 de Janeiro de 2024 às 09:43 h** e conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: EDT-1ªPJESPAC-12024, Código de Validação: 019DF23240.**



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

ATA-1ªPJEBC - 22024

Código de validação: 07960158D0

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SIMP Nº. 003669-257/2023

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de janeiro de 2024, às 14h27, no Salão do Júri do Fórum Deusimar Freitas de Carvalho, no Município de Bacabal, realizou-se a Audiência Pública designada nos autos do Procedimento Administrativo nº 003669-257/2023, com o fim ouvir à população de Bacabal sobre as demandas coletivas locais consideradas urgentes, servindo as informações de parâmetro para a atuação dos órgãos de execução do Ministério Público nesta Comarca, instaurado pelas Promotorias de Justiça da Comarca de Bacabal, tudo consoante indicações nominais e assinaturas da lista de presença e registro fotográfico, os quais passam a integrar a presente ata.

Compareceram 105 (cento e cinco) participantes, dentre as quais as autoridades Presidente da OAB/Bacabal, Delegado Regional de Polícia Civil de Bacabal, Comandante do CPAI/1, Gestor Regional de Saúde de Bacabal, Diretora Regional de Educação de Bacabal, Coordenador do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Lago Verde, Secretaria de Saúde de Bacabal, Presidente do CMDCA de Bom Lugar, de Lago Verde e de Conceição do Lago Açu, Conselho Municipal de Saúde de Bom Lugar, Conselho Municipal de Educação de Lago Verde, Centro POP/Bacabal, Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Bacabal, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Bacabal, Presidente da Câmara Municipal de Conceição do Lago Açu, Secretária Adjunta de Assistência Social de Conceição do Lago Açu e Presidente do Conselho Municipal de Educação de Conceição do Lago Açu, Casa dos Conselhos de Bacabal, bem como as entidades AMMAR, Colônia-Z136 de Bom Lugar, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bacabal, Partido Político – PSOL, STTR de Conceição do Lago Açu, Sindicato dos Pescadores de Bacabal, Associação VAMOS, Sindicato dos Trabalhadores de Construção Civil de Bacabal, Projeto Madre Rosa, Tenda São Raimundo Nonato, Associação dos Catadores de Bacabal, Ponto de Cultura Exalá Meu Pai, Associação dos Moradores Povoado Mata de Ana, Sindicato dos ACS-Saúde, Grupo Identidade LGBT, APAC-Bacabal, Diácono da Igreja Católica e Tenda Santa Bárbara.

Inicialmente, Dra. **Michelle Adriane Saraiva Silva Dias**, Promotora de Justiça da 3ª Promotoria de Justiça Especializada e Diretora das Promotorias de Justiça de Bacabal, anunciou o objetivo da realização desta audiência pública, passando em sequência a convidar, para compor a mesa, as seguintes pessoas: Lícia Ramos Cavalcante Muniz, Promotora de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal, Klycia Luiza Castro de Menezes, Promotora de Justiça da 2ª



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal, Carla Tatiana Pereira de Jesus, Promotora de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Bacabal, Laura Amélia Barbosa, Promotora de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Bacabal, bem como José Márcio Maia Alves, Promotor de Justiça e Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst) do Ministério Público do Maranhão, representando o Procurador-Geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau, além de Andréia da Silva Furtado, Presidente da OAB/MA, Égiton Marques da Rocha, Delegado Regional de Polícia Civil de Bacabal, Coronel QOPM Marcos Túlio Martins Sá, Comandante do CPAI/1, Manoel Silva Monteiro, Procurador-Geral do Município de Bom Lugar, Tamires Brito Jacome da Costa, Procuradora-Geral do Município de Conceição do Lago Açu, Francisca Eroliza Santos Sousa Oliveira, Secretária de Assistência Social e Representante de Lago Verde, bem como João Paulo Ferreira Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Conceição do Lago Açu.

Declarando aberta a audiência, foi dada a palavra ao Promotor de Justiça **José Márcio Maia Alves**, que saudou a todos os presentes, falando da pasta institucional encarregada de fazer relacionamento com as instituições e colocar em prática a política institucional elaborada pelo Procurador Geral de Justiça, ressaltando a importância da audiência para estabelecer conexão do Ministério Público com a sociedade civil, momento de captar as demandas reprimidas da população para serem resolvidas dentro das Promotorias. Enfatizou que a parcela de poder popular precisa ser exercida, para que se construa uma verdadeira democracia participativa. O Ministério Público ocupa o espaço de poder de exigir contas do administrador público, cobrando a efetividade das políticas públicas a serem executadas. Colocou que os recursos são escassos, ressaltando que é preciso para a comunidade, em termos de política pública, participar das três primeiras fases: a definição de agenda, com a escolha da política que será empregada, monitoramento, fiscalização e cobranças, cabendo ao Ministério Público fazer parceria com a população para cobrar a efetividade das políticas, chegando a aplicar reprimendas ao administrador faltoso. Então, é preciso estabelecer prioridades. Observou a importância da audiência pública para customizar a Promotoria de Justiça às necessidades da população, para que saiam propostas a partir dali, de forma que os interesses da comunidade cheguem ao centro do poder, o que pode ser feito pelo Ministério Público. A administração superior do Ministério Público atual opera atualmente sobre 3 pilares: 1. É preciso atacar problemas nevrálgicos no nosso estado, identificados pela SECINST, através de pesquisas do núcleo científico, problema de defesa de gênero, direitos de pessoas em situação de rua, pessoas com aids, questão do racismo (cor, de religião e etnofobia), direitos das comunidades quilombolas e segurança ambiental. 2. Destacou que é preciso aproximar o Ministério Público da periferia, exemplificando como isso é feito em São Luís, com a instalação de promotorias nas periferias. 3. Finalizou colocando a necessidade de estabelecer padrão para todas as Promotorias do Estado do Maranhão, com seu plano de atuação, formado a partir de escuta social, com a colocação dos danos emergentes, políticas públicas deficitárias ou inexistentes que são necessárias. Este é o escopo dessa audiência pública. Reafirmou o compromisso de estar junto com a comunidade nesta luta.

Dra. Michelle passou a palavra para a Dra. **Carla Tatiana de Jesus Ferreira Castro**, que saudou



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

a todos, falando da proposição da audiência pública para estar ao lado da comunidade, sabendo o que desejam enquanto população, pois merecem atingir a felicidade e bem estar. Falou de suas atribuições na 1ª Promotoria de Justiça Criminal, bem como das atribuições na 4ª Promotoria de Justiça Especializada, a qual está respondendo temporariamente, informando que o seu titular está cedido para a administração superior do Ministério Público. A Dra. **Laura Amélia Barbosa**, por sua vez, falou da sua carreira profissional, de que é novata em Bacabal, chegando na Comarca em 2023. Ressaltou a necessidade de conhecer a população para executar bem seu trabalho. Informou das suas atribuições na 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Bacabal, dando exemplos da sua atuação no acompanhamento da execução penal, na fiscalização da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), da presença no Tribunal do Júri. Apontou ainda os Acordos de Não Persecução Penal (ANPP), a exemplo dos casos de embriaguez no trânsito, dirigir sem habilitação, etc, onde as penas são convertidas em multas e indenizações destinadas às instituições/associações como a ASDEBAL (associação dos deficientes de Bacabal). Estes acordos servem como instrumentos para agilizar os processos criminais, restando mais tempo para dedicação aos que dão cadeia (com pena maior, mais complexos). Tem alinhado com os demais órgãos de investigação pontos para assegurar provas suficientes para condenação do criminoso, pois a sociedade quer uma resposta; e absolver, com certeza, quem tiver que ser absolvido. Afirmou que sempre tem pensado no que é necessário para a segurança da população, de prender o criminoso, agilidade de provas, acelerar o processo e para poder dar uma resposta para a sociedade de Bacabal. Comentou sobre um procedimento chamado de observatório criminal, onde se busca saber o maior número de crimes e o local de maior incidência, mapeamento esse que vai ajudar na promoção de ações que ajudem a solucionar os problemas criminais com maior agilidade. Disse também que é representante da sociedade na acusação do processo criminal. A Dra. **Lícia Ramos Cavalcante Muniz** cumprimentou a mesa e a todos os presentes. Falou do propósito da audiência, de escuta da população como forma de participação para montagem do plano de ação para cada promotoria. Explanou, ainda, as suas atribuições na 1ª Promotoria de Justiça Especializada. Disse que é necessário ouvir a população para uma atuação que venha ao encontro dos anseios da sociedade, e partir para atuação mais eficaz. Construir espaço democrático com troca de idéias, fixando as bases de atuação durante 2024. **Dra. Klycia** lembrou da sua atuação perante a 2ª vara criminal e que é a mais antiga promotora de bacabal. Cumprimentou os presentes e a mesa na pessoa do Dr. José Márcio, representante do PGJ, Dr. Nicolau, agradecendo a tudo que foi solicitado para melhorias das Promotorias de Bacabal, inclusive do novo prédio. Saudou a todos os presentes. Ainda em sua fala, explicou a sua atuação da 2ªPJEBAC, que chegou e encontrou algumas demandas, inclusive recebeu as mãos atípicas de Bacabal. Esclareceu as atribuições da 2ªPJEBAC. Ressaltou que trata da probidade e patrimônio público. Relatou que no ano passado iniciou a fiscalização da legalidade de licitações (compras e prestação de serviços), prosseguindo que está dando continuidade sobre a investigação do concurso público, sendo que foi necessário entrar com ACP, sendo concedida a liminar, porém, em razão da pandemia, este processo foi suspenso durante esse período, tendo após o município recorrido e o processo foi novamente suspenso. Falou que fiscaliza a transparência (diário eletrônico, portal, servidores e salários), que faz também a investigação quanto ao nepotismo, bem como tem instaurados procedimentos para apurar nomes de pessoas



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

vivas de logradouros públicos. Ressaltou que a área da saúde é a prioridade, que atende a representações e queixas de qualquer cidadão, bem como pode ser instaurada de ofício, podendo propor ACP e criminais, como exemplo desvios de recursos na área da saúde. Citou o exemplo do acompanhamento para verificar a qualidade dos serviços de saúde, mediante inspeções nos hospitais, bem como a aplicação correta de recursos públicos, orientando que qualquer pessoa pode fazer essas pesquisas no site do Ministério da Saúde. Acompanhou, também, a Implementação do Hemonúcleo, bem como tem acompanhado com muita frequência ao Shopping da Criança, acompanhando as ambulâncias do SAMU, TFD, casa de apoio, regulação de leitos – vagas de uti, leitos em São Luís para realização de cirurgia, atenção básica. Que atua nas questões de Ordem tributária e econômica – Renúncia fiscal e sonegação fiscal (ICMS, IPVA, IPTU, ISS). Informou do procedimento que apura a situação de indivíduos que têm carro com placas vermelhas que não exercem a função de transporte. Finalizou que pessoas que não tem ido à Promotoria fazer denúncias por medo de represálias, que pode ser feito também via virtual, e-mail da promotoria e disque ouvidoria, bem como através de whatsapp, disponibilizando o contato (98) 992191262. Chegando a vez da Dra. Michelle, esclareceu as suas atribuições na 3ªPJEBAC, feliz com a presença de todos, principalmente dos CTCA, CMDCA, Casa de acolhimento institucional, enfatizando que em Bacabal está funcionando o cadastro nacional para adoção. Falou do desafio diário e que precisa da comunidade; A Dra. **Andreia Silva Furtado**, Presidente da OAB, saudou a todos, relatando as atribuições da OAB, e disse à população para trazer sugestões e que a próxima audiência possa ser realizada em cada Termo da Comarca. Ressaltou que o MP e a OAB estão se oferecendo para ajudar a população. O Dr. **Égiton Marcos da Rocha**, Delegado Regional da Polícia Civil de Bacabal, descreveu a sua carreira na polícia, agradeceu pela oportunidade do Ministério Público oferecer à população de falar das suas necessidades. Muitas demandas que chegam na Delegacia não se tratam de crimes, e as pessoas são orientadas a buscar assessoria jurídica. Falou da atribuição da Polícia Civil, e relatou a diferença da Polícia Militar. **Coronel Marcos Túlio de Sá**, Comandante do CPAI/1, saudou a todos e se apresentou, falando da felicidade de dividir o fardo, falando do papel da polícia militar e da dificuldade no trabalho com os reincidentes. Observou a necessidade de estrutura para os destacamentos dos Termos, pedindo que os acordos (ANPP) sejam também direcionados para esse fim. Finalizou mencionando que a polícia acompanha também os blogs, pois trabalham com informações, solicitando a ajuda da população para o retorno da sensação de segurança à comunidade. Por fim, o Dr. **Monteiro**, representante de Bom Lugar, parabenizou a iniciativa do MP, colocando-se à disposição.

Retomando a palavra, Dra. Michelle fez leitura das associações, instituições, autoridades e representantes presentes, momento em que o Dr. José Márcio se despediu, justificando a necessidade de sair da audiência. **Prosseguindo, Dra. Michelle comentou sobre o registro para quem tem interesse em falar, bem como seguiria essa ordem, dando seguimento, convidou a primeira pessoa inscrita a se manifestar:**

A **Sra. Fabiana da Silva Ferreira** cumprimentou a todos e perguntou se “Alguém vive sem água?” Disse que a água de Bacabal está péssima, principalmente no bairro José Lisboa, pois a



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

água não é consumível, por ser salgada, afirmando que a pessoa que deseja beber água, tem que comprar ou pegar no bairro vizinho. Afirmou que o esgoto também é péssimo, apesar do bairro ser projetado, pois não comporta a demanda, sendo que quando chove, a água e os dejetos do esgoto retornam pelo ralo para dentro das casas. Ato contínuo, passou-se a palavra à Sra. **Liduína Tavares**, que saudou a mesa e elogiou o trabalho do Ministério Público, citando um trecho de “Gabriel o Pensador”, em seguida. Afirmou que a sociedade civil não precisa esperar o convite do Ministério Público, mas que a população precisa se manifestar durante os 4 (quatro) anos de antecedência à eleição, durante o ano de eleição e no ato de fato das urnas. Disse que água é uma necessidade vital, mas que temos esse problema, dos gestores e das gestões que não se preocupam com isso. Falou que temos, também, um problema crônico de infraestrutura, sendo que a água e os dejetos que retornam, não é só num condomínio. Disse que temos problemas de saneamento, bem como de tanta ordem, de todas elas e em tantas áreas, mas que não esqueçamos que somos sociedade civil e temos necessidades como população. Lembrou da pauta colocada pela Dra. Klycia do concurso público, lembrando que o último concurso aconteceu no ano de 2009, já estando Bacabal com uma carência grande, pois que há os contratos de trabalho, mas estes não possuem todos os direitos acertados. Perguntou se foi entendido que Bacabal recorreu, afirmando que não tem condições de pagar, se fizer concurso. Questionou ao Dr. José Márcio como paga contratados para suprir a necessidade, paga menor ou não paga o piso e tá tudo certo. Finalizou com o terceiro ponto que é o TFD. Lembrou de um caso que talvez tenha sido transmitido no programa do Fábio, parabenizando pelo bom trabalho do “Acontece News”, de uma mãe que está pleiteando recursos para levar o filho para o tratamento fora do domicílio, com uma liminar na mão e o município se recusa a cumprir, permitindo que 3 outros repasses fossem feitos a outras pessoas. Levou à reflexão de quem determina a prioridade da doença, questionando se é o município que determina o momento da consulta, porque ele não vai fazer o repasse, e no dia da consulta a mãe citada fica, e os outros vão. Referiu-se, também, ao transporte do TFD, já havendo muitas reclamações de pessoas em perfis pessoais e blogs sobre ele, sendo um problema batido. Lembrou da necessidade de usarmos o serviço público e reclamarmos quando não estão sendo bem ofertados. Finalizou, se referindo à questão de cães e gatos espalhados na cidade, referindo-se a 26 cães no mesmo cantinho no bairro Jardim Valéria, atacando os moradores quando vão passar. Lembrou da Lei Federal 13.426/2017, que trata de programas de atendimento, mas que os municípios é que devem estabelecer o programa para esterilização desses animais. Contudo ressaltou que cada um, que tem seu animal desde pequeno, tem a obrigação de cuidar dele, não o abandonando nas ruas, embora tenha advertido da responsabilidade pública com o centro de zoonose, assunto esse que já foi palco de várias reuniões, envolvendo vários segmentos, inclusive os municípios presentes na audiência, para que fosse discutida a questão “Estrada livre de animais soltos”. Exemplificou um senhor que dispensa 25 gados nos bairros, sendo confirmado pelos demais, momento em que a Dra. Michelle solicitou que fossem identificados os bairros para fins de registro e cobrança, tendo a Sra. Liduína relatou ausência de água em algumas ruas, água com pontos de ar em outras ruas, bois e cães circulando no seu bairro Jardim Valéria. Os demais bairros são Bairro da Areia, Santa Marina, Vila Pedro Brito, Cohab 2. Concluiu mesmo, falando que ao longo de tantos anos Bacabal ainda registra marcação de consulta à partir das 3h da madrugada, porque às 07h não se consegue mais.



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

Pontuou ainda que a carne que está chegando do matadouro no mercado público da rodoviária fica pendurada num pêndulo e se arrasta no chão, não tendo carro frio, farda adequada e ainda as moscas, os ratos, os cachorros estão lá. Após, o Sr. **Mazinho Rocha, de Lago Açu**, cumprimentou a todos e trouxe duas demandas relacionadas à qualidade de vida dos moradores da cidade de Conceição do Lago Açu. Informou que a primeira consiste na situação do lago, que pede socorro, sendo destruído a cada dia que passa. Complementou que ali é uma sobrevivência dos ribeirinhos e dos pescadores, bem como a renda da cidade. Em seguida, destacou a necessidade, com urgência, de uma política que possa cuidar e preservar o lago. Ato contínuo, mencionou que a segunda demanda consiste no pedido das mães lagoaçuenses no sentido de combate às drogas, que estão destruindo os jovens e adolescentes. Por fim, parabenizou o trabalho da polícia, na pessoa do Sargento Brito, que tem feito um grande serviço no município, e pediu ajuda para o combate às drogas, pois os jovens estão sendo destruídos pelo índice alarmante de drogas na cidade. Por sua vez, a Sra. **Maria Gardenia Carvalho de Jesus**, Presidente da Associação dos Catadores de Bacabal, agradeceu o convite, se apresentou e iniciou falando da necessidade de conscientização em relação à importância dessa associação em Bacabal. Reconheceu que o trabalho de limpeza pública acontece, mas que a sociedade em si não tem a preocupação com o descarte de material, o que seria melhor se fosse ensinado nas escolas, pois cresceriam aprendendo a manusear (separação) o lixo, pois a responsabilidade do meio ambiente é de todos. Solicitou a priorização do meio ambiente, do serviço do catador e da limpeza pública. Por fim, em termo da associação, solicitou transporte para os catadores como se fosse mão dupla, os catadores e o município, políticas públicas na escola, local adequado, conscientização da população quanto ao meio ambiente e coleta seletiva. Chamada para se pronunciar, a Sra. **Maria Ribeiro Sousa**, também da Associação dos Catadores, relatou que passa 6 meses, às vezes até 1 ano para vender carrada de material, pois não tem transporte. Expôs que junta o material na cabeça, sai com ele nas costas para colocar no galpão. Por fim, reivindicou transporte para ter trabalho digno. Em seguida, a Sra. **Eva Simone Alves**, Coordenadora da AMMAR, cumprimentou a todos e a mesa na pessoa da Dra. Klycia, apresentando-se como professora estadual de língua espanhola no ensino médio na Escola Estado do Ceará e abordando a questão do concurso público. Informou que há cinco turmas formadas em letras na área do espanhol, bem como que conversou com pessoas da educação para que fosse adotado espanhol no ensino fundamental. Solicitou colocar a língua de espanhol no fundamental. Mas o município passou 4 anos, o município dizendo que não havia tempo, e até hoje não foi atendido. Mencionou a situação do Shopping da criança, pois é mãe de autista, mencionando que foi realizado seminário de esclarecimento na AMMAR. Referiu-se ao trânsito na cidade, que é uma loucura, ocorrendo vários acidentes. Disse, ainda, da necessidade de local físico para a AMMAR, pois ajudaria nos tratamentos aos autistas, que precisam de laudo médico para terem atendimentos. Por fim, ressaltou a necessidade de conscientização para os professores. Chamada a falar, a Sra. **Maria Nilcilene Andreia Barbosa Carvalho** trouxe cartazes e se apresentou como professora e sacoleira. Disse que faz o papel dos vereadores, dos sindicatos e do conselho municipal de educação de Bacabal, pois anda, vê, registra e reclama. Tem necessidade do transporte TFD e diz adoecer com a viagem para São Luís em ônibus que não deveriam estar mais rodando na BR, em péssimas condições, os bancos

(*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 05 de Fevereiro de 2024 às 12:55 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ATA-1ªPJEBC-22024, Código de Validação: 07960158D0.



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

não inclinam, e os cintos de segurança não funcionam. E a casa de apoio não tem ventilador e nem comida. No cartaz abordou sobre a transparência na transferência de recursos públicos para educação e sobre a retaliação dos contratados e dos concursados também, caso denunciem no MP as irregularidades. Destacou, também, que muitos jovens se perdem por falta de apoio do poder público no esporte, cultura, lazer e renda. Solicitou auditoria nas obras de bacabal, principalmente na saúde e na educação. Lembrou a morte do funcionário do SAAE por falta de equipamentos adequados à segurança, da mesma forma também relacionou os garis, que trabalham sempre com risco à saúde e à vida. Disse também que a taxa de iluminação pública é muito grande. Comentou sobre a necessidade da construção de uma escola na Terra do Sol. Disse que já teve licitação, e sabe que existe desde 2021 mais de 10 milhões de reais para construção da escola. Falou do Rateio do FUNDEB e disse que em 2021 entrou aproximadamente 60 milhões de reais nos cofres públicos e conseguiram um décimo quarto salário, porém em 2023 teve mais que o dobro desse valor, mas não teve rateio. E que o ano letivo dos efetivos não foram cumpridos, e nem houve investimento com os recursos recebidos. Pediu o fim das retaliações. Sobre a água disse que estamos pagando por lama. Finalizou falando sobre a estratégia na Fiscalização na formação dos conselhos dos municípios. Solicitou que as Leis sejam cumpridas. Em seguida, a Sra. **Ana Carolina Bezerra**, Presidente do Grupo Identidade LGBT +, foi chamada à fala e iniciou dizendo que deixou 3 Ofícios nas Promotorias e o MP não se faz presente nas ações da causa, desejando que dessa vez o MP compareça. Destacou que a população LGBT é desrespeitada, não tem emprego e é brutalmente assassinada todos os dias. Falou também em nome das mães Delzina e Nena, que tiveram suas filhas trans assassinadas em Bacabal e São Luís Gonzaga e que seus assassinos estão em liberdade. A população LGBT não tem acesso à saúde, à educação e à profissão, e agradeceu a Deus por estar empregada, pois a maioria não os querem nesses espaços. Pede que os órgãos públicos olhem para essa população com olhar de cuidado. Em sua fala, o Sr. **Duval Lima**, que faz parte do Conselho municipal de saúde de Bacabal e compõe a equipe de gestor da Unidade Regional de Saúde, trouxe mais um caso da presença cães de ruas na avenida ao lado da Toyota até o residencial bela vista, onde muitas pessoas costumam fazer caminhadas temerosas. Disse que, em atendimento ao Centro de Fisioterapia de Bacabal, pôde analisar o espaço, e observou que todos estão expostos, sem privacidade, onde se vê os espelhos expondo as pessoas. Solicitou atenção ao atendimento de fato das pessoas acometidas pelo vício por álcool e drogas no CAPS. Já na sua vez, a Sra. **Ângela Maria**, Presidente do Ponto de Cultura Oxalá meu Pai, Representante dos Pontos de Terreiro de Bacabal, falou sobre a bueira no Bairro da Esperança, que quando chove, ela enche e transborda em todas as casas, tem cobra, rato, barata e até jacaré já foi encontrado. Especificou a demanda de uma casa construída em cima da bueira, com reivindicação feita pelo bairro e reunião com a prefeitura para que a casa seja retirada de lá, pois ela dificulta a limpeza da bueira. A bueira fica na Rua da Esperança, próximo à Padaria Boa Esperança. Observou que não mora ninguém na casa, que a mesma está deteriorada e o fundo é cheio de mato. Solicitou, também, que fosse feita a limpeza de todo o matagal da área, também de uma associação ao lado. Após ser chamado, o jornalista **Romarinho**, fez os agradecimentos iniciais e disse que iria se referir a três assuntos muito importantes para a comunidade bacabalense: problema da falta de água na cidade, referindo-se à alta arrecadação do SAAE de quase 1 milhão de reais, mas profissionais que

(*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 05 de Fevereiro de 2024 às 12:55 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ATA-1ªPJEBA-C-22024, Código de Validação: 07960158D0.



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

trabalham sem equipamentos adequados, sem carteira assinada, muitos vivem momentos de tortura, mães que passam por necessidade por conta que os filhos não receberam o salário do 13º, apesar de cobrado no seu programa, solicitando mais fiscalização do Ministério Público. Relatou que teve acesso às fotos onde o cidadão foi morto, mas ninguém sabe em que situação, pois na cidade não tem IML, o que ajudaria o trabalho do Delegado Égiton, revelando que o próprio pai pediu a presença do IML que foi chegar quase 10h da noite. Alertou que o Ministério Público precisa estar atento a outra situação, quando acontece um crime, a própria PAX que faz o papel do investigador, pois remove o corpo e leva pra PAX, tira o sangue. Chamou a atenção para situações de defuntos que são roubados dentro do necrotério do pronto socorro municipal. Solicitou fiscalização ao SAAE, mas sem avisar, pois tem gente empregado lá da própria família do Prefeito, tem funcionário fantasma lá dentro. Questionou o posicionamento do Ministério Público a respeito de uma nota do governo do estado de que vão tirar os policiais do interior para fazer a segurança da capital. Levantou outro caso das mães do TFD, informando que o carro do TFD serve até para transportar drogas para São Luís, que já registrou a prova de tudo isso, e vem acontecendo constantemente. Outra situação foi a respeito do próprio engenheiro responsável pelo SAAE, que é um filho do vereador Manuel da Concórdia, que nem apareceu na cena que aconteceu. Solicitou atenção do Ministério Público, a pedido do profissionais da saúde, que uma senhora por nome de Eduarda que está sendo a tortura da mente dos profissionais da saúde de Bacabal, colocando que esta perseguiu agora uma mulher que trabalha na UBS da COHAB. Questionou se o Ministério Público vai aguardar alguém cometer suicídio, referindo-se à situação das pessoas que sofrem de depressão na cidade procurarem o CRAS e não haver medicamentos para o devido tratamento. Lembrou a questão do concurso público. Alegou que a cidade vive essa situação e que o Prefeito ganha 20 mil reais, mas tem carro, tem casa, tem fazenda, tem tudo. Falou também que, no mesmo dia, por volta das 5:30h da manhã, recebeu uma ligação de senhora reclamando de perturbação de sossego público. Perguntou se nessa questão, a polícia só vai fiscalizar os bares, especificando um evento da prefeitura próximo ao centro cultural, em que recebeu várias ligações, e ligando para o COPOM, recebeu a informação de que a polícia não podia ir lá porque era um evento da Prefeitura. Foi concedida a palavra ao **Subtenente Brito**, Comandante do Destacamento de Conceição de Lago Açu, que lembrou da reclamação quanto ao trabalho policial, destacando que é difícil ser policial militar nas cidades pequenas. Argumentou que não tem como explicar que, até chegar a Conceição do Lago Açu, precisa percorrer 120 km na viatura, bem como explicar àquele morador que o crime que aconteceu é de responsabilidade da polícia civil, sendo preciso esperar a sua chegada, o que leva ao entendimento de que aquilo é uma omissão. dando continuidade, referiu-se à Lei nº 9.605/1998, que proíbe fogos no Maranhão, solicitando que conversassem com os representantes de afrodescendentes para evitá-los considerando a sensibilidade auditiva dos autistas. Falou em inclusão social, ressaltando que Bacabal tem a maior inclusão na educação, pois toda criança que tem laudo tem mediador, solicitando que o mesmo seja cobrado das escolas particulares. Quanto às drogas, disse que não há política pública de prevenção às drogas. Na questão da violência, somente Bacabal teve curso. Por fim, destacou que o trabalho repressivo é feito pela polícia militar, mas o preventivo ninguém quer fazer. Após, a Sra. **Maria Minervina Viana**, Presidente da Associação dos Deficientes de Bacabal (ASDEBAL),

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **05 de Fevereiro de 2024 às 12:55 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ATA-1ªPJEBAAC-22024, Código de Validação: 07960158D0.**



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

relatou a dificuldade do deficiente para marcar terapia e consultas, tem que ir de madrugada. Perguntou por que na Terra do Sol não tem escola, porque tem um grande terreno lá, e estão loteando esse terreno, que seria destinado à escola. Informou que vai ter um posto de saúde no bairro, mas questionou se a rampa de acesso será como nos outros postos, a exemplo do posto da Vila Coelho, onde ela não consegue entrar. Reclamou, também, sobre as 15 lombadas existentes até chegar na Terra do Sol. Trouxe o drama do deficiente físico, onde muitos estão “presos”, que enfrentam tantas dificuldades para sobreviver, para sentar, andar, sair de casa, pediu que tratem os deficientes com carinho. Falou novamente o que muitos já falaram, sobre o problema do TFD. Por fim, comentou ainda sobre o Programa Travessia, que deveria garantir o transporte gratuito, porta a porta, e mais condições de mobilidade para a pessoa com deficiência, mas que já não funciona como antes. Na sua oportunidade, o Dr. **Tiago Fontenele** disse que é Gestor Regional de Saúde de Bacabal desde julho de 2023, também advogado e fisioterapeuta de formação, e representa os 11 municípios da regional de Bacabal. Confirmou que as cirurgias eletivas são um problema crônico, e que o Secretário de Estado da Saúde e o Governador são cientes da situação. Informou que em dezembro saiu a Portaria nº 2336/2023, do COSENS (Conselho das Secretarias Municipais de Saúde) na qual fala que os municípios que têm hospitais de médio e grande porte vão receber os pacientes que estão em fila de espera, sendo que o cadastramento foi até 10 de janeiro, e acredita que até fevereiro e março se darão essas cirurgias e essa fila vai começar a diminuir drasticamente. Disse que o Hemomar foi inaugurado em julho e já está funcionando das 08 às 17h, de segunda à sexta. Sentou-se com o Secretário de Saúde James para fazer o Comitê de trânsito de Bacabal e pediu colaboração do MP. Quanto ao Shopping da Criança estão tentando desfazer um acordo da gestão anterior do Shopping para retirar os 15 municípios da Regional de Santa Inês e deixar apenas os 11 de Bacabal. Finalizou dizendo que a Regional de Saúde está de portas abertas para a população. Por último, o Sr. **Leonardo Bezerra de Castro**, Coordenador Geral da AMMAR em Bacabal, pediu parceria com o Ministério Público para conscientização dos neurodivergentes. Contando já com dois anos de atuação em Bacabal, sentiu falta da parceria do município, e que precisam de um espaço para poder atender os neurodivergentes e sua família. Disse que a AMMAR tem todo um aparato pessoal para oferecer atendimento, mas não tem o espaço físico. Retornou também ao problema de alta demanda do Shopping da Criança e o tempo muito rápido no atendimento para se dar um diagnóstico. Por fim, reforçou o pedido de ajuda ao MP para a obtenção do espaço físico para a associação.

A Dra. Michelle encerrou as falas dos credenciados, e retornou a palavra à mesa para serem feitas as considerações.

Primeiramente, o **Coronel Túlio** respondeu ao repórter Romário Alves que a informação de PMs se deslocaram do interior para trabalharem na capital é falsa, é fake. Respondeu ainda à indagação do mesmo repórter sobre a PM encerrar umas festas e outras não, e lembrou que a licença das festas é dada pela polícia civil, e quando fala que a polícia acaba com umas e não com outras, ele coloca em suspeição o trabalho da polícia militar e civil. Disse, ainda, que as denúncias devem ser formalizadas no Comando da PM, ou no CPAI e não para a imprensa ou blogs. Falou também que a corporação está subordinada ao Comando Geral e que o policial não pode cumprir



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

ordens absurdas, como, por exemplo, deixar uma festa extrapolar o horário de funcionamento só por que é do prefeito. Tem certeza que nenhum PM cumpriria ordens absurdas. Por fim, pediu cuidado ao Romário quando ao falar sobre as ações da PM por que a insinuação gera suspeição. Passada a palavra, o **Delegado Égiton**, achou importante destacar um ponto específico a respeito dessa questão da perturbação de sossego: que no final de semana, as demandas da polícia militar para atendimento de ocorrências de perturbação do sossego são altíssimas. Paralelamente a essas ocorrências existem outros casos também que são importantes: violência doméstica, homicídio, lesão corporal, acidente de trânsito, tornando-se impossível que a polícia militar se faça presente em todos os locais ao mesmo tempo. Por isso, dá prioridade aos casos mais graves, mas não quer dizer que os casos de perturbação do sossego serão deixados de lado. Orientou que é necessário que duas ou mais pessoas se sintam perturbadas e façam o registro da ocorrência de perturbação do sossego alheio para que seja instaurado o TCO. Por fim, reforçou que caso a polícia militar não atenda a ocorrência, a pessoa pode registrar por vídeo, fazer abaixo-assinado relacionando todas as pessoas que se sintam perturbadas e procurar a delegacia, bem como ressaltou que a licença não isenta a perturbação, pois é concedida para que o evento seja realizado dentro dos limites.

Dra. Michelle anunciou que a audiência estava sendo encaminhada para a sua finalização, informando que retornaria a palavra às Promotoras de Justiça para que fizessem as considerações sobre o que foi pontuado e as considerações finais.

Dra. Lícia explicou que quando recebe a demanda, em geral busca uma solução administrativa para o problema, para que não seja levada ao Judiciário por que este já tem muitas ações propostas, passando a solução a ser mais lenta. No entanto, nem sempre tem abertura com a gestão municipal, nem sempre consegue o atendimento de pronto das demandas. Em relação ao primeiro ponto levantado, que é o problema da água, levantado por várias pessoas, informando que o Ministério Público tem ciência da questão, que nem é mais discutida administrativamente, pois já foi levada ao Judiciário através da Ação nº 3632-50/2016, questionando todas as gestões municipais que passaram até então, sobre a qualidade e o fornecimento de água, sendo que essa ação se encontra atualmente em alegações finais abertas para o Município e depois dessa fase vai para a prolação de sentença pelo Juiz. Relatou os bairros que foram feitas a coleta da água para realização de perícia técnica pelo LACEN foram Ramal, Bosque Aracati, Vila São João, Centro, Alto Cururupu, Bairro da Areia, COHAB II, Residencial Terra do Sol II e III, São Francisco e Bairro da Esperança. Esclareceu que a coleta nesses bairros foi feita no local em que a água é captada e no momento que ela sai da SAAE, sendo que já se tem esse laudo nos autos. Esclareceu porque a solução dessa questão está sendo mais demorada, as que está sendo vista na justiça. Destacou que o segundo ponto, relacionado ao que a presidente da Associação dos Catadores de Lixo trouxe, da questão do lixão, coleta seletiva, educação ambiental, que esta última já tem procedimento administrativo, sendo que tentou firmar um termo de ajustamento de conduta para o município cumprir determinadas metas dentro de um prazo, que não foi firmado, contudo o município vem prestando contas ao Ministério Público das metas estabelecidas dentro de uma Recomendação, hoje estão na fase de implementação da educação ambiental junto com a



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

Secretaria de Saúde, pois é uma ação inter-secretarias. Em relação à questão do lixão, já há uma ACP nº 808-70/2006, que aborda também a questão da coleta seletiva e do local do lixão, já com trânsito em julgado, dado ao Município o prazo de 2 anos para que ele se regularize. Sobre a taxa de iluminação pública, informou que também foi proposta uma ACP contestando o valor e a cobrança dessa taxa, mas contudo o entendimento dos Tribunais Superiores prevalece, e assim a ação foi julgada improcedente, e assim permanece a cobrança já por decisão judicial. Quanto ao matadouro, falou que chegou em 2020, mas já existia na Promotoria um TAC para que o município fizesse ajuste em toda a estrutura, inclusive com a questão da câmara frigorífica, do carro apropriado, que não foi cumprido. Com isso, entrou com uma ação de execução desse TAC, sendo julgado procedente, estando com prazo aberto para cumprimento pelo município. Com relação às demais demandas citadas, esclareceu que algumas possuem procedimento administrativo aberto e outras serão apuradas a partir de agora, como a dos animais soltos nas ruas, preservação do lago de Conceição do Lago Açu, transporte para os catadores, local físico para a Associação AMMAR, da perturbação do sossego público, incluindo a questão dos fogos de artifício, a questão de atendimento e acessibilidade às pessoas com deficiência, inclusive nos órgãos públicos que já tem uma ACP tramitando, bem como das lombadas na Terra do Sol. Finalizou, ressaltando que a atuação primordial do Ministério Público naquele momento era de escuta, sugerindo a realização de uma espécie de prestação de contas no final do ano. Observou que as informações trazidas são importantes, e que como via de mão dupla, importante também que informações sejam devolvidas à população, do que está sendo feito. Agradeceu e se colocou à disposição, esclarecendo que aquele que não se sentiu à vontade de falar ali na frente de todos, se não quiser ir ao Ministério Público, pode encaminhar denúncias através da ouvidoria, e-mail, por agendamento on-line, podendo, também, encaminhar whatsapp, sendo após feito o agendamento para ser atendido presencialmente, caso queira, pelo promotor. Na sequência, a Dra. Michelle questionou Maria Minervina se sua fala foi sobre a ineficiência do programa travessia e, após confirmação, informou que irá constar como uma das demandas. Dando continuidade, passou a palavra para a **Dra. Klycia**, que informou que já tinha mencionado algumas das demandas em sua primeira apresentação, em que teve o objetivo de demonstrar a todos o que a promotoria já vem fazendo desde o ano passado, não só por iniciativa própria ou provocação da população, mas por outros procedimentos que já estavam em andamento desde a época da Dra. Sandra ou de outros promotores que já foram titulares dessa questão da defesa da saúde e da probidade, principalmente, bem como da questão tributária, a exemplo do procedimento que fiscaliza a concessão de alvarás de forma indevida para pessoas adquirirem veículos mais baratos como se fossem taxistas. Esclareceu mais uma vez sobre alguns pontos, dentre eles, o Tratamento Fora do Domicílio - TFD, que existe por previsão legal, em que o município é obrigado a fornecer valores para aqueles pacientes que necessitam fazer o tratamento em outras cidades, pois seu próprio município não dispõe desses serviços. Ressaltou que o valor correspondente ao TFD não é exclusivamente para o transporte, mas também para hospedagem, alimentação e às vezes acompanhante, então o valor precisa atingir todos esses fatores. Considerando que a maioria das pessoas que reclamou desse valor e desse serviço é de Bacabal, enfatizando a ausência de representante deste município para que pudesse se manifestar. Esclareceu o que tem acontecido desde o ano passado, tanto a Defensoria Pública quanto a Promotoria de Justiça ingressaram com

(*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 05 de Fevereiro de 2024 às 12:55 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ATA-1ªPJEBC-22024, Código de Validação: 07960158D0.



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

muitas ações contra o município de Bacabal para o judiciário obrigasse o município a pagar esses valores, pois não conseguiram diálogo, embora tenham sido realizadas reuniões conjuntas da Defensoria, Promotoria, Gestor da Saúde, Procurador-Geral do Município, para que, mediante um acordo, esse recurso fosse disponibilizado a todos que precisassem, no entanto, esse não foi possível, o que resultou nas várias ações. Nos últimos tempos, Dr. João Paulo, muito sensível a essa causa, tem concedido as liminares e confirmado essas liminares em sentença, condenando o município de Bacabal a fornecer, não só o transporte. como também o valor de R\$ 300,00 por cada viagem que o paciente precise, para custear hospedagem, alimentação, e diante da necessidade de disponibilizar esse recurso para o acompanhante. Falou que, de dezembro pra cá, tem chegado ao seu conhecimento, que o município de Bacabal tem dito que todos os casos que tem sentença obrigando a pagar o R\$300,00, ele não vai dar o transporte. Disse que está acompanhando o caso da Dona Roseane, que precisou pagar do próprio bolso o transporte para ir a São Luís, sob pena de perder a consulta que já estava marcada. Explicou que o caso dela não foi o Ministério Público que entrou com a ação, e sim a Defensoria, tendo sido orientada a procurar a Defensoria para a devida comunicação de descumprimento de decisão judicial ao Dr. João Paulo. Afirmou que nas ações do Ministério Público, diante dessa situação, vai comunicar o que está acontecendo para que sejam tomadas as providências. Esclareceu que quando um gestor descumpra uma decisão judicial, ele está correndo o risco de ser penalizado de diversas formas, como a multa que está prevista na própria sentença, tem a possibilidade de afastamento do cargo, de bloqueio dos valores, e que infelizmente, vai ter que buscar essas vias judiciais por falta de sensibilidade do município de Bacabal nesse ponto, pois são vidas, pessoas que estão sofrendo, situação que está se repetindo a cada dia e lamentou que quando tem alguém com necessidade de fazer tratamento fora e que não tem condições financeiras, vai fazer o quê? Enfatizou que a saúde continuará sendo prioridade da 2ªPJEAC. Adicionou que a essa questão do TFD, vai incluir a questão do horário de marcação das consultas e exames. Disse que vai fazer uma inspeção no centro de fisioterapia, para verificar suas instalações e a situação da falta de privacidade mencionada pelo seu Duval. Estabeleceu que a questão da marcação das consultas pela madrugada será tomada como prioridade neste ano de 2024. Que vai continuar atuando para que o concurso público seja realizado, falando que já existe ACP, que Dr. João Paulo concedeu liminar, no entanto, que diante de um agravo de instrumento que foi distribuído para a Desembargadora Ângela Salazar, ela concedeu liminar para suspender o processo. Mas afirmou que o Ministério Público não ficará inerte, que irá se manifestar no processo, ao ser intimado oficialmente, no caso irá recorrer às instâncias superiores para que o concurso seja realizado, porque não aceita o argumento de que a realização do concurso público vai ferir os cofres públicos de Bacabal, pois o dinheiro existe e o que é prioritário para o município de Bacabal, é a realização de festas de carnaval com artistas de renome nacional com contratos superfaturados? o que é mais importante para a população de Bacabal, é a existência de medicamentos nos postos de saúde, de profissionais capacitados/ habilitados a atender bem. afirmou que não quer mais ir ao Socorrão e ver a sala de observação superlotada com as pessoas tomando soro em pé, por falta de lugar adequado para ficarem. Finalizou apresentando uma tela com o lema "gentileza gera gentileza". Percebeu nos atendimentos que as pessoas não eram bem recebidas e bem atendidas pela Secretaria de Saúde e pelo Setor da Defesa Civil, e depois o servidor público reclamava que a

(*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 05 de Fevereiro de 2024 às 12:55 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ATA-1ªPJEAC-22024, Código de Validação: 07960158D0.



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

peessoa já chegava cobrando as coisas com raiva. Então para sermos tratados bem pelas pessoas, nós servidores temos obrigação de tratar o cidadão com respeito, gentileza e educação, porque se a pessoa bateu à nossa porta, ele está precisando de alguma coisa. Encerrou desejando feliz 2024 para todos. Em seguida, **Dra. Laura** referiu-se à pauta da Segurança Pública, em que o Comandante Geral falou dos que são presos várias vezes e são soltos. Informou que o Ministério Público também vive essa preocupação. Deu um exemplo de um caso de um preso por furto simples, com uma ficha corrida longa, mas sem nenhuma condenação com trânsito em julgado, portanto seria solto rapidamente, mas graças ao seu esforço no trabalho, conversou com a assessora que ele havia cometido esse último crime, descumprindo medida cautelar em algum outro processo, e após localizarem esse processo, peticionou para que continuasse preso. Que possui muitos processos, mas tem se esforçado para fazer um bom trabalho, ressaltando que para ser servidor público, exige-se uma dose de esforço pessoal. Informou que, quanto à estrutura, a polícia civil está com condição deprimente, e isso não é de hoje. Que após conversar com o Delegado Geral pelo whatsapp, com o Superintendente da Polícia Civil do Interior, também, pelo whatsapp, e formalizou e eles disseram que estão quebrando a cláusula de barreira para chamarem os excedentes, para virem mais delegados, escrivães, investigadores, disse que o 1º DP está sem Delegado. Nessa matéria de segurança pública, ressaltou que nunca nos esqueçamos de cobrar no Legislativo, no Executivo, pois é matéria sensível, que precisa de muitos envolvidos. Finalizou e agradeceu, fazendo a colocação de que empregos podem ser oferecidos à juventude, já que a primeira opção dos meninos é ser policial. Em continuidade, foi dada a palavra à **Dra. Carla**, que despedindo-se e agradecendo a presença de todos, com muitas contribuições, e que as Promotoras ficaram cheias de responsabilidades, mas felizes por ver o interesse de todos em participar. Esclareceu que a Promotoria da sua titularidade não foi tão demandada no dia e que as colocações da colega Laura serviram para a 1ª Promotoria Criminal também, com o adendo que teve uma reunião presencial com o Secretário de Segurança, que prometeu que iria haver a quebra da cláusula de barreira, que o governador iria chamar outras pessoas e Bacabal seria contemplado em relação ao quadro de Delegados, pois temos uma grande demanda e toda a estrutura é deficiente, esclareceu que a política da segurança pública é uma política de Estado muito maior do que aquela presente e precisa ser trabalhada por instâncias muito maiores. Fez um comentário que serve tanto pras essas demandas como para todas as outras, sobre as ACPs que são ajuizadas, porque nada funcionou, pois o Judiciário demora demais e após o julgamento em 1º grau, o Município ou o Estado recorrem, sendo necessário buscar soluções mais criativas, ou vamos viver demandando questões que nunca se resolverão. Questionou quais são as soluções mais criativas, lembrando que é ano de eleição, perguntando aos participantes se irão fazer as cobranças hoje colocadas aos candidatos. Ressaltou que neste ano, é que terão poder de barganha com aqueles que vão executar políticas públicas, esclarecendo que Promotor de Justiça e Juiz não fazem esse papel, mas sim o Poder Executivo. Perguntou pelos vereadores e por que eles não modificam o percentual da tarifa de iluminação pública, lembrando que esse ano irão fazer essa escolha, devendo questionar durante todo o período eleitoral, obter as promessas e depois que forem eleitos, acompanhar, exercendo assim a cidadania. Para encerrar, **Dra. Michelle** frisou que o Ministério Público vem intervindo na questão extrajudicial, sendo uma postura institucional de resolutividade até chegar à judicialização. Falou que sua Promotoria não foi

(*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 05 de Fevereiro de 2024 às 12:55 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ATA-1ªPJEBC-22024, Código de Validação: 07960158D0.



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal

demandada diretamente, mas tudo isso tem impacto na infância, destacando que a infância é o chão que a gente pisa a vida inteira e questionando que chão estamos construindo para essas crianças. Informou que, algumas demandas que envolvem políticas públicas, precisou judicializar, mas até hoje não obteve respostas, principalmente em relação aos Termos, direcionando-se à Dra. Tamires, representante de Conceição do Lago Açu, planos municipais, serviço de acolhimento familiar, plano municipal de atendimento socioeducativo, políticas públicas que vêm sendo cobradas, com sentença condenatória, aguardando que o município faça e até hoje sem resposta. Endossou a fala da Dra. Carla sobre estarmos em ano de eleição para que façam as cobranças, ressaltando o papel do vereador. Ao final Dra. Laura perguntou à Diretora se havia algum representante do Município de Bacabal na banca, sendo respondido que como representatividade não compareceu ninguém, apesar de haver servidores participando, representantes dos órgãos, dos conselhos sociais, esperando que estes levem as informações, mas se não levarem, elas vão chegar pois será encaminhado ofício. Agradeceu a todos, reafirmando a intenção de realizar audiência pública não só como prestação de contas, mas como resultado desse projeto de planejamento. Por último, informou da lavratura da ata que será juntada ao procedimento administrativo nº 003669-257/2023, que é público e pode ser consultado no SIMP e na própria Promotoria de Justiça. Esclareceu que as demandas pontuais irão gerar procedimento no âmbito da atribuição da Promotoria demandada, sendo as demais encaminhadas ao órgão competente. afirmou que pegou o contato de todo mundo que fez a fala, e se forem gerados procedimentos específicos, quem apresentou a demanda será informado. afirmou que desde o ano passado vem fazendo ações conjuntas, a exemplo do evento SUAS, evento sobre o Autismo, tem a parceria das Criminais, levantou que quer levar esse do SUAS para os Termos, já com agendamento para inspeção SUAS no município de Conceição do Lago Açu, tanto da questão física quanto do serviço em si. Agradeceu a participação de todos, das entidades sociais que estiveram presentes, ao Poder Judiciário por fornecer o espaço, aos servidores do Ministério Público e a todos que ficaram até o final. Colocou-se à disposição, de portas abertas para receber as demandas, informando o e-mail das Promotorias de Justiça de Bacabal para encaminhamento e para agendamento de atendimento presencial. Agradeceu, também, à mesa e às demais Promotoras. Nada mais havendo, encerrou-se a Audiência Pública.

assinado eletronicamente em 02/02/2024 às 09:28 h ()*

MICHELLE ADRIANE SARAIVA SILVA DIAS
PROMOTORA DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 02/02/2024 às 13:37 h ()*

KLYCIA LUIZA CASTRO DE MENEZES



01ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal
PROMOTORA DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 02/02/2024 às 11:08 h ()*
CARLA TATIANA DE JESUS FERREIRA CASTRO
PROMOTORA DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 02/02/2024 às 09:26 h ()*
LAURA AMÉLIA BARBOSA
PROMOTORA DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 05/02/2024 às 12:55 h ()*
LICIA RAMOS CAVALCANTE MUNIZ
PROMOTORA DE JUSTIÇA

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **05 de Fevereiro de 2024 às 12:55 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ATA-1ªPJEBC-22024, Código de Validação: 07960158D0.**

LISTA DE FREQUÊNCIA

NOME	ENTIDADE (sociedade civil e poder público)	CONTATO(Tel/Email)
Joice Maria Alves de Almeida		1991984095365
Fabiana da S. Pereira		98250-7125
Vanilde Santos Lima		981657426
Leonardo Bezerra de Castro	AMMAR	
Ana Cláudia F. da Rocha		
João		(99) 981381298
Maria Suelly Almeida Galvão		(99) 988596511
Leandro F. Rodrigues	Centro POP	(99) 98458-4135
Marilte da E. dos Santos	C. POP	(99) 98268-7694
Paulo Costa Unáçoa Lima	Centro pop	(99) 98491-7006
Luiz Roberto Medeiros	PMMA	98 98436 2938
Maksondego Farias Costa Pires	PMMA	(99) 98168-9421
Juliane da Sampa Mesquita		(99) 98227-9552
Ana Beatriz Pereira Gomes		(99) 98276-8036
Giovanna de Sousa Mesquita		(99) 98146-7744
Silmaria Santos Pinheiro	Centro pop	(99) 98110-9918
Maria Elvira Sousa Marellus		99-982579792
Idalina Francisca Cavalcanti de S. Lima	Partido Político - PSDC	99 99904-8221
RONSONE J. OLIVEIRA DE SOUSA	SEC. DE SAUDE	99 98113-1878
José Alon Gomes Araújo	Conselho Tutelar	99 984902000
Ana Andreia Costa de Sousa	CMOCA	(99) 98535-6143
Franesildo Silva de Oliveira	CONSELHO TUTELAR	1941984245702
José Wilson de Oliveira	STTR L. H. U. - MA	98496-2664
Alte Maria do Anjo dos Santos		
JOSÉ, E OLIVEIRA		

Alexandre do Nascimento Pereira		(99) 98267-3365
Berliane de Souza Serrera		(99) 982051932
Maria Rosilene Viana Araujo		(99) 99164-5523
Jose Antonio Silva e Jesus	Cona dos Casais	99 9846 0233
José Carlos P. de Jesus	CONS TUTELAR CON. DO CAPAO	99 9814 4016
Edilân Silva Matos	CONS TUTELAR CONC. DOLA	198185098923
Cheuefma Ribeiro do Lago Machado	AMMAR	99-981412186.
Wendell Mosquito Silva	Sindicato dos Agentes Comunitários	(99) 98469-5773
Francine Milda da Lencina Silva	SINDICATO DOS AGENTES COMUNITARIO	98 98504 4633
Mariana dos Santos Silva		(99) 981643801
Maria Onilde da Silva Nascimento		(99) 98183 29-06
Emerson dos Santos Sousa	CRAS I (Sec. Assistência Social)	(99) 98202-9448
Franciany C. Santos	CREAS (Sec. Assistência Social)	(99) 98164-6521
Maria Jara M. Batista		(99) 99235-8482
Anne Kelyne do Nascimento	conselheira tutelar Polo I	(99) 982566733
Dimilton Alves Nascimento		(99) 984065480
Deusnita Soares da Silva	Tenda de Umbanda	(99) 98265-5117
Deusnita Soares	Unidade Regional de Saúde	99-988876884
Marta S.P. dos Reis	Unidade Regional de Saúde	(99) 98103-1100
Nelida B. de S. Lopes	Unidade Regional de Saúde	(99) 98119-1245
Osécio Costa Alves	CONSELHEIRO TUTELAR	(99) 98473-3690
José Roberto F. de Jesus	CEAR - URS / BACABAL	98-98113 3202
Romário Alves Rosa		(99) 98113-1366
Guilherme H. de Jesus	Conselho de Educaç. Com. do B. de São Paulo	(99) 986050669
Anna Karallina Bezerra	Grupo Interdisciplinar L6 BT de Bacabal	(99) 984776352
Francisco Beirão do Nascimento	APAC - BACABAL	(99) 98184-1413
Palmeira Souza de Lima		(99) 98438-6442
Isabel Cristina Pereira de Mesquita Barbosa	Presed. CM DCA - Bom Lugar	(99) 984227392
Andréa Caroline de Oliveira Rocha	Psicóloga do CRAS - Bom Lugar	(99) 984338857
Rubia Seta de Alencar	CRAS - Bacabal	(99) 98815-55-42

Entidades da Sociedade Civil (associações, sindicatos, ong)

NOME	ENTIDADE	ENDEREÇO
LEONARDO BEZERRA DE CASTRO	AMMAR	RUA: JASMINS, CIDADE JARDINS, 431
Antônio Cleonir F. do Rêgo	Cruas	RUA NOVA-LAGO VERDE
Antônio Adriano Souza Moura	COLOMAZ-130	Bom Lugar
Elanny Frazzato Silva	Assistência Social	C. do Lago de
Rodrigo de Sousa Santos	Conselho de Saúde	Bom Lugar
Mãe Conceição dos S. Viciosa	SC. ADJUNTA ASSISTENCIA	Conceição do Lago-Açu
Jonas Miranda Barros	SINAS CLA	Cam. Lago Açu
Maria Suelly da Silva Almeida	CME Lago Verde	Qu. Vereador Osmar R. Souza
Leandro F. Rodrigues	Centro POP	BR. 316 - N° 20 Cachoeira
Silvana Maria de Oliveira	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Rua Naselhões de Almeida 820
Marcelo Roberto de S.	Comitê CPA 13	BR 316
Idunara Tavares	Partido Político - PSD	Centro
ROUSOM J. OLIVEIRA DE SOUSA	SEC. DE SAÚDE	R. DAS ARTES 21, R. RESERVA PARK
Rita Maria de Conceição dos Santos	Sec de Saúde Ass. Anelobal	Residencial poriburo R. D. R. 12. C 21
João Wilson de Oliveira	STTR de Lago Açu - MAT	Rua do Comércio
Charmel Jacene Bezerra	Sindicato das Pescadoras	Rua das Flores S/L
Luiz Paulo Brito Rocha	Associação Vamos	UP6, s/n, Alto da Anunciação
Leandro Carneiro da Silva	Sindicato dos Trabalhadores da construção	R. Cleomenes Julca, 220
Jose Lota Carvalho	Projeto Madu Roror	Avenida Lins, q. 10, s/n, Parque Novo Horizonte
Maria Nazarene Silva	Tenda S. Raimundo Nonato	R. da Esperança, 350, D. Esperança
Mãe Gardenia Cavalho de Jesus	Associação dos católicos de Baçal	Galpão BR. 316
Angela M. Pacheco da Silva	Porto de cultura oral meu pai	R. da Esperança, 318.
Jose de Ribamar Ferreira Borges	Ass. de moradores - Povoador Mata de Anã	Povoador Mata de Anã

Maria do Amparo Rodrigues Ferreira	Unidade Regional do Bacabal - URB	99 99129-0521
Priscylla Zilbo Gomes	Ure - Unidade Regional de Educac	(99) 981007986
Maria do Amparo	MAPI - CPN S. MA - 1355	199) 98477-7351
Maurice Klauze Zilbo		(99) 98546-3719
Stamar Jacomes Sousa	Sindicato dos peroderos - Bom Lugar	(99) 984 525589
Renice Reis da Silva		(99) 98416-5065
Jose Costa Carvalho	Projeto Madre Rosa	(99) 998123-6102
Manoel Filho Lago dos Santos	Sindicato dos trabalhadores na Industria	(99) 98157-3994
Maria dos Milagres Sampaio	da Construcac Civil - Bacabal - MA	
Maria dos Milagres Sampaio	AMMAR	(99) 98526-5899
Tomara Alves de Melo	Amar	199) 984790155
Adriana Alves de Sousa		199) 981464089
Adriana Alves de Sousa	Conselho Municipal de Educac - Bac	199) 98123-2841
Elecyane A. C. Serna		(99) 98264-6593
Leidiane da S. Sora Pereira		(99) 91616158
Maria Gardenia Carvalho de Jesus	Presidente da Associaç de Estudantes	(99) 981090311
Maria Alvimir Ribeiro Sousa	Associaç dos catolones	(99) 98171-5802
Maria Menezes Lima	ASPEBET	
Ele Simone F. S. Bavel	AMMAR (associaç de mãs de autistas)	(99) 981097022
Paulilene Araujo da Silva	Presidente do C'IMP'CA.	(99) 98106-6264
Jangela Maria P. Silva clauda	grupo de cultura coral	99) 981029267
João Paulo Ferreira Sousa	Associaç com LRS MUL	(98) 986002249
Maria da Conceicac Costa	Centro Espirita de São Raimundo	novato
Para Regina Lotes de Souza	Unidade Regional de Saude URS BACABAL	(99) 98117-3781
Valdineia de Maria	Valdineia de	(99) 18121206
Cláudia Melo Branco		(99) 98480-4640
Ricardo Romijns de Sousa Costa		(99) 98250-2985
Maria Nilclene Andre Beatosa Concelho		99) 981712836
Cherise S. Almeida Moura		(99) 98238-3555
Edsoning P. Martins		(99) 98433-2426

